

LICITAÇÃO: TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 00100.000798/2022-85

Interessado: Divisão de Recursos Logísticos

TERMO DE REFERENCIA ¹
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI
PREGÃO N.º /2022
(Processo Administrativo nº 00100.000798/2022-85)

1.Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: julho/2021

1. OBJETO¹

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, com reparos, fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC), bem como os serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários para aparelhos condicionadores de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's e, ainda, os serviços de monitoramento on-line 24h/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana) dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR.

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	valor máximo aceitável		
						Valor Unitário R\$	Valor Total Mensal R\$	Valor Total Anual R\$
GRUPO 1	01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos, materiais e ferramentas necessárias em geral por unidade de aparelhos de ar condicionado de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's.	Serviço	3492	69 (sessenta e nove) aparelhos	200,00	13.800,00	165.600,00
	02	Remanejamento, compreendendo instalação e desinstalação por unidade de aparelhos de ar condicionado, com reparos geral e fornecimento de insumos e materiais necessários por unidade de aparelhos de ar condicionado. O chamado deverá ser por demanda.	Serviço	2020	10 (dez) serviços anuais	526,81	-----	5.268,10
	03	Monitoramento on-line dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreaks - 24h00/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana).	Serviço	004740	08 (oito) aparelhos	400,00	3.200,00	38.400,00
	04	Fornecimento de Peças sob demanda originais e de primeiro uso (não recondicionadas), compatíveis com os aparelhos condicionadores de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's.	Unidade	Conforme tabela 4	Conforme tabela 4	20.612,05		
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL						R\$ 229.880,15		

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas que podem ser definidas de forma objetiva nas especificações técnicas, que são usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.3. O quantitativo e respectivo código do item é o discriminado na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Cabe ressaltar que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação necessita assegurar a continuidade do atendimento dos serviços manutenção preventiva e corretiva, com reparos e fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC) para os 69 (sessenta e nove) aparelhos de ar condicionado de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's, bem como serviço de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários para aparelhos condicionadores de ar e serviços de monitoramento on-line dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's - 24h00/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/CASA CIVIL/PR.

2.3. Os serviços tem como objetivo garantir confiabilidade e segurança aos usuários da qualidade do ar condicionado, observando as normas fiscalizadoras vigentes e demais exigências legais, ampla e irrestritas, sob pena de responsabilidade e indenização devidas à administração e a terceiros, decorrentes de eventuais danos materiais e/ou humanos, seja por comissão e/ou omissão, culpa e/ou dolo, sem prejuízo das devidas ações cabíveis, administrativas e judiciais, não sendo possível importar ao poder público qualquer das responsabilidades onde era cabível e necessário o dever de agir com a contratação preventiva e corretiva.

2.4. Cabe informar que a interrupção dos serviços de manutenção podem comprometer as instalações físicas dos equipamentos, implicando, assim, em sérios transtornos e comprometimento do funcionamento regular do equipamento, por isso, faz-se necessária a contratação de empresa para à execução dos serviços ora proposto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, com reparos, fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC), bem como os serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários para aparelhos condicionadores de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's e, ainda, os serviços de monitoramento on-line 24h/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana em 08 (oito) aparelhos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reparos e fornecimento insumos e materiais, peças sob demanda, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC) para os 69 (sessenta e nove) aparelhos de ar condicionado disponíveis nesse Instituto do tipo Split, conforme marcas, fabricantes, potências relacionados abaixo:

Tabela - 1

RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR INSTALADOS NO ITI/PR					
ITENS	LOCAIS DE INSTALAÇÃO	FABRICANTES	Nº CONDICIONADOR	POTÊNCIA (BTU)	ANDAR
1	CGAFI (DIRETORIA)	FUJITSU	AR-36	9000	1º Andar
2	GABINETE (CHEFE GABINETE)	FUJITSU	AR-60	9000	2º Andar
3	PFESP (RECEPÇÃO)	FUJITSU	AR-56	9000	2º Andar
4	SHAFT 2º ANDAR	FUJITSU (monitoramento)	AR-54	9000	2º Andar
5	SALA MOTORISTA	FUJITSU	AR-2	9000	SUBSOLO
6	COLIC	FUJITSU	AR-25	9000	TÉRREO
7	TELEFONIA	FUJITSU	AR-24	9000	TÉRREO
8	COPOM	FUJITSU	AR-20	9000	TÉRREO
9	COTIC	FUJITSU	AR-18	9000	TÉRREO
10	SALA REUNIÃO I	FUJITSU	AR-8	9000	TÉRREO
11	SALA REUNIÃO I	FUJITSU	AR-7	9000	TÉRREO
12	SALA REUNIÃO II	LG	AR-5	9000	TÉRREO
13	DAFN (RECEPÇÃO)	SPRINGER	AR-64	11500	2º Andar
14	CGOPE(DIRETORIA)	FUJITSU	AR-47	12000	1º Andar
15	CGOPE (LABORATÓRIO)	FUJITSU	AR-46	12000	1º Andar
16	ASESP	FUJITSU	AR-42	12000	1º Andar
17	CGNPE (DIRETORIA)	FUJITSU	AR-41	12000	1º Andar
18	CGNPE (RECEPÇÃO)	FUJITSU	AR-39	12000	1º Andar
19	CGNPE (SHAFT)	FUJITSU (monitoramento)	AR-39	12000	1º Andar
20	CGNPE (SHAFT)	FUJITSU (monitoramento)	AR-38	12000	1º Andar
21	COAUD	FUJITSU	AR-68	12000	2º Andar
22	DINFRA (RECEPÇÃO)	FUJITSU	AR-67	12000	2º Andar
23	DINFRA (DIRETORIA)	FUJITSU	AR-66	12000	2º Andar
24	DINFRA	FUJITSU	AR-65	12000	2º Andar
25	DILOG	FUJITSU	AR-29	12000	TÉRREO
26	SEGEF	FUJITSU	AR-12	12000	TÉRREO
27	PFESP (DIRETORIA)	FUJITSU	AR-55	18000	2º Andar
28	SALA REUNIÃO II	FUJITSU	AR-6	18000	TÉRREO
29	COPA	FUJITSU	AR-30	23000	1º Andar
30	DAFN	FUJITSU	AR-63	23000	2º Andar
31	DAFN (DIRETORIA)	FUJITSU	AR-62	23000	2º Andar

32	GABINETE (RECEPÇÃO)	FUJITSU	AR-61	23000	2º Andar
33	NOBREAK	FUJITSU (monitoramento)	AR-3	23000	SUBSOLO
34	PROTOCOLO	FUJITSU	AR-23	23000	TÉRREO
35	CGPOA (RECEPÇÃO)	FUJITSU	AR-22	23000	TÉRREO
36	COTIC (CPD)	FUJITSU (monitoramento)	AR-14	23000	TÉRREO
37	CGISI	LG	AR-53	24000	1º Andar
38	CGISI	LG	AR-52	24000	1º Andar
39	CGISI(DIRETORIA)	LG	AR-51	24000	1º Andar
40	CGISI (LABORATÓRIO)	FUJITSU	AR-49	24000	1º Andar
41	CGOPE	LG	AR-49	24000	1º Andar
42	CGOPE	LG	AR-48	24000	1º Andar
43	ASCOM	LG	AR-45	24000	1º Andar
44	ASCOM	LG	AR-44	24000	1º Andar
45	ASESP	LG	AR-43	24000	1º Andar
46	CGNPE (RECEPÇÃO)	LG	AR-40	24000	1º Andar
47	CGAFI (LABORATÓRIO)	LG	AR-37	24000	1º Andar
48	CGAFI	LG	AR-35	24000	1º Andar
49	CGAFI	LG	AR-34	24000	1º Andar
50	CGAFI	LG	AR-33	24000	1º Andar
51	CGAFI(COORDENADOR)	LG	AR-32	24000	1º Andar
52	SALA REUNIÃO 1º ANDAR	LG	AR-31	24000	1º Andar
53	GABINETE (SALA DE REUNIÃO)	MIDEA	AR-58	24000	2º Andar
54	PFESP (PROCURADORIA)	MIDEA	AR-57	24000	2º Andar
55	ALMOXARIFADO	LG	AR-1	24000	SUBSOLO
56	DILOG	LG	AR-28	24000	TÉRREO
57	COLIC	LC	AR-27	24000	TÉRREO
58	COLIC	LG	AR-26	24000	TÉRREO
59	CGPOA (COORD. GERAL)	LG	AR-21	24000	TÉRREO
60	COTIC	LG	AR-19	24000	TÉRREO
61	COTIC	LG	AR-17	24000	TÉRREO
62	SEGEF	LG5	AR-13	24000	TÉRREO
63	COEFI	LG	AR-11	24000	TÉRREO
64	SALA REUNIÃO I	LG	AR-10	24000	TÉRREO
65	SALA REUNIÃO I	LG	AR-9	24000	TÉRREO
66	GABINETE (PRESIDENTE)	FUJITSU	AR-59	27000	2º Andar
67	NOBREAK	COOLIX (monitoramento)	AR-4	60000	SUBSOLO
68	COTIC (CPD)	ELGIN (monitoramento)	AR-16	60000	TÉRREO
69	COTIC (CPD)	ELGIN (monitoramento)	AR-15	60000	TÉRREO

3.4. Local e horário de prestação dos serviços:

3.4.1. Os serviços serão executados nas instalações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, localizado em Brasília - DF, a saber:

a) Edifício Sede do ITI, situado no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 2, bloco E, Asa Norte.

3.4.2. Os serviços serão executados em consonância com o horário de funcionamento das atividades administrativas no ITI e devidamente ajustados entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

3.4.3. Os serviços de manutenção dos equipamentos serão executados no período das 8 (oito) horas às 18 (dezoito) horas, podendo ainda, por solicitação da CONTRATANTE, ser realizados em finais de semana ou feriados e no horário noturno.

3.4.4. A CONTRATADA será responsável por executar e finalizar os serviços, iniciados durante o expediente normal, em finais de semana ou em horário noturno, nos casos em que as pendências prejudiquem atividades essenciais da CONTRATANTE. Nestes casos, a CONTRATADA deverá formalizar solicitação de autorização à CONTRATANTE.

3.5. FORMA DE PAGAMENTOS PARA OS SERVIÇOS DO GRUPO I, SUBITEM 1.1 DESTE TR:

3.5.1. Os serviços deverão ser executados mensalmente com base no Plano PMOC e parâmetros definidos neste Termo de Referência, no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de forma que o pagamento será realizado com base no resultado verificado na aferição/medição do serviço prestado.

3.5.2. Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado serão pagos mensalmente de acordo com a quantidade de serviços realizados e plano PMOC.

3.5.3. Para os serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado serão pagos de acordo com a quantidade de serviços realizados e conforme demanda.

3.5.4. O custo com as peças sob demanda para manutenção corretiva de aparelhos de ar condicionado serão pagos de acordo com a quantidade de peças fornecidas, conforme demanda, justificado por relatório técnico e, somente as peças discriminadas na tabela 4 "lista de peças sob demanda para ar condicionado", havendo necessidade, as quantidades podem ser alteradas desde que não ultrapasse o custo total estimado.

3.5.5. Para os serviços de Monitoramento on-line nos 08 (oito) aparelhos de ar condicionado, será realizado pagamento mensal.

3.5.6. Caso os serviços não sejam executados em sua totalidade, a fatura sofrerá glosa, pelo não atingimento 100% dos serviços e metas estabelecidos.

3.6. **DISPOSIÇÕES GERAIS:**

3.6.1. As manutenções visam executar um conjunto de atividades, para assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável do ambiente do ITI, de suas instalações, preservando as características e desempenhos, não se incluindo nesta denominação serviços que implique em ampliação, modernização ou modificação de projetos e especificações originais dos mesmos.

3.6.2. Os serviços a serem executados são os necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, observadas as recomendações e especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante.

3.6.3. A contratação compreende, além da disponibilização de mão de obra, o fornecimento de uniformes, o emprego de ferramental, equipamentos quando necessários e veículo para transporte e deslocamento. Compreende, ainda, o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e acessórios, para a perfeita execução dos mesmos.

3.6.4. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos para os a prestação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva, para sistema de ar condicionado, conforme marcas e potências de fabricação e demais itens integrados ao sistema de ar condicionado, observadas as rotinas e procedimentos exemplificados e segundo as normas aplicáveis e do fabricante e outras recomendadas pela boa técnica da Engenharia.

3.6.5. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva abrangerão todos os elementos do equipamento que será minuciosamente averiguado e regulados e quando verificados defeitos, substituídos seus acessórios ou peças.

3.6.6. Fornecer sem ônus para a Contratante, peças, acessórios, componentes, materiais para serem empregados na prestação dos serviços, os quais deverão receber prévia aprovação da Contratante, que se reserva o direito de recusá-los caso não satisfaçam aos padrões especificados.

3.6.7. Realizar as manutenções preventivas e corretivas quando necessário ou mediante solicitação da CONTRATANTE.

3.6.7.1. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removida para conserto em oficinas precisará de prévia autorização do gestor do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

3.6.8. Os serviços serão executados dentro das normas técnicas da ABNT, especificações técnicas dos fabricantes, dos materiais e em obediência as normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego, Ministério da Saúde e outros de interesse.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.1.2. **Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:**

5.1.2.1. A licitante que vier a vencer o processo licitatório deverá prover a solução na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, com reparos, fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC), bem como os serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários para aparelhos condicionadores de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's e, ainda, os serviços de monitoramento on-line 24h/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana) dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, a serem executados nas instalações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação/PR, conforme as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste instrumento.

5.1.2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo ITI.

5.1.2.3. Pela natureza do serviço continuado poderá haver a prorrogação de até 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/1993, sendo que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.2.4. Outrossim, esses serviços serão prestados de forma continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com o art. 15 da IN/SEGES/ME 05/2017, os quais, são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, observando o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.2.5. Será exigida a comprovação de qualificação técnica da licitante que ofertar a melhor proposta, considerando a realidade de demandas e de estrutura do ITI.

5.1.2.6. Será exigida a apresentação de certidões cadastrais negativas, além de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como de qualificação econômico-financeira da licitante que apresentar a melhor proposta.

- 5.1.2.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.1.2.8. **A contratada deverá declarar que possuirá sede administrativa ou filial na cidade de Brasília-DF, em um raio aproximado de 60 (sessenta) km da cidade a qual irá ocorrer a prestação de serviços** e manterá a instalação com aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a plena execução contratual, na época da assinatura do contrato. A comprovação de endereço da sede administrativa ou filial deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato administrativo.
- 5.1.2.9. O objeto desta contratação enquadra-se na classificação de Serviços Comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado, consoante ao art. 1º, § único da Lei n.º 10.520/2002, art. 3º, § 2º do Decreto n.º 3.555/2000 e art. 1º, § 3º do Decreto 10.024/2019.
- 5.1.2.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto n.º 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/ME nº 05/2017.
- 5.1.2.11. **Requisito do Técnico:**
- a) Profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 3141-15).
 - b) Habilitação profissional: registro junto ao conselho competente conforme disposto na Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002, e Resolução nº 1.057, de 31 de julho de 2014, do CONFEA.
 - c) A comprovação da experiência dos profissionais deverá ser feita por meio da apresentação de documento, ou ainda, declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - d) A empresa deverá apresentar atestados de capacidade compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou seja, comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades tais quais da pretensa contratação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.
 - e) A empresa deverá disponibilizar profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA demonstrando sua aptidão por já ter sido responsável técnico por atividades compatíveis em características e especificidades com o objeto desta contratação, nas áreas mecânicas e elétricas, conforme as parcelas de maior relevância do objeto deste instrumento.
 - f) A empresa a ser contratada deverá possuir em seu quadro técnico um Engenheiro especializado conforme normas do CONFEA, que assumirá a responsabilidade técnica pelos serviços de manutenção, quando da assinatura do contrato, antes disso, será aceita declaração de compromisso para apresentação do profissional em tela à época da assinatura do contrato.
- 5.1.3. **Da vigência do contrato:**
- 5.1.3.1. O Contrato firmado terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou de data posterior a ser fixada no Contrato, podendo ter sua vigência prorrogada, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, na forma prevista no do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 5.1.4. **Necessidade de transição contratual:**
- 5.1.4.1. Entende-se que não se aplica ao serviço ora proposto a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologias e afins, tendo em vista que as atividades ora propostas são amplamente conhecidas pelas empresas do ramo.
- 5.1.5. **Solução de mercado que atendam aos requisitos da contratação pretendida:**
- 5.1.5.1. Entre as soluções disponíveis no mercado, mostrou-se como viável e oportuna a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de ar condicionado, bem como os serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado e os serviços de monitoramento on-line dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, que consiste em 08 (oito) aparelhos de ar condicionado, serão na forma de 24h/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana), sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de peças sob demanda e materiais, os requisitos da escolha da solução encontra-se no item 5 "levantamento de Mercado" do ETP anexo deste instrumento.
- 5.1.5.2. Destarte, entende-se que o modelo proposto mostra-se adequado para o atendimento da demanda institucional ora apresentada.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. O contratante deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na IN SLTI nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores, na execução dos serviços, naquilo que couber.
- 6.2. A Contratada na prestação dos serviços deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340/2003; os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO's abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), e também, às seguintes diretrizes:
- a) Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
 - b) Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
 - c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
 - d) As substâncias a que se refere este subitem devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
 - e) É vedado o uso cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes para o acondicionamento,

armazenamento, transporte e recolhimento das SDO's CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDO's forem objeto de manutenção, reparos ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente:

g.1) Quando a SDO recolhida for o CF-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

6.3. Seguir as orientações internas do ITI a respeito das boas práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços contidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável, nos termos Decreto n.º 7.746, de junho de 2012 e demais Planos da Administração que empreguem essa temática.

6.4. Seguir as orientações determinadas pela CONTRATANTE no que diz respeito ao Plano de Logística Sustentável e demais normas internas do ITI.

6.5. A licitante que for CONTRATADA deverá seguir, no que couber, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União no que diz respeito às boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução de índices de poluição.

6.6. As peças, equipamentos e materiais devem ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.7. Ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.8. Ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDE's), disponível página da internet: <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/imagem1rohs.jpg>.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria facultativa nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones: (61) 3424-3995 e 3424-3847.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo anexo do TR.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reparos e fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC) para os 69 (sessenta e nove) aparelhos de ar condicionado;

8.1.2. Serviço de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos necessários e reposição de peças, no total de 10(dez) serviços anuais;

8.1.3. Serviço de monitoramento on-line (24h e 7 dias por semana) em 8 (oito) aparelhos de ar condicionado instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's.

8.1.4. **São obrigações técnico-operacionais da Contratada:**

8.1.4.1. Efetuar, pelo menos, uma visita mensal para a prestação dos serviços manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado.

8.1.4.2. Atender as demandas quando solicitado dos serviços de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado.

8.1.4.3. Efetuar o monitoramento on-line (24h e 7 dias por semana) dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

8.1.4.4. Efetuar visitas e intervenções tantas quantas forem necessárias para as manutenções preventivas e corretivas do sistema de ar condicionado, sem ônus adicional para a Contratante.

8.1.4.5. Fornecer sem ônus para a Contratante, peças, acessórios, componentes, materiais para serem empregados na prestação dos serviços, os quais deverão receber prévia aprovação da Contratante, que se reserva o direito de recusá-los caso não satisfaçam aos padrões especificados. Inspeccionar, periodicamente, através do responsável técnico (engenheiro mecânico) ou supervisor técnico a prestação dos serviços ou como recomendado pela boa técnica e, sempre que necessário, elaborando “registro de inspeção” e repassando-o à Contratante.

8.1.4.6. Todas as manutenções preventivas e corretivas devem ser registradas por meio da **ordem de serviço** (modelo anexo do TR), sinalizando sempre os serviços executados, a ocorrências/irregularidades, solução aplicada, status final do serviço, seguido sempre de assinatura datada do técnico da Contratada e da Contratante.

8.1.5. **Segurança e Higiene do Trabalho:**

8.1.5.1. As pessoas designadas pela empresa Contratada, deverão se apresentar no local de trabalho, devidamente uniformizados e em satisfatórias condições de higiene pessoal, portando os EPIs necessários para execução dos serviços e identidade funcional/crachá, no qual deverá constar, no mínimo: razão social da Contratada, nome completo do funcionário.

8.1.5.2. A Contratada obriga-se a cumprir integralmente o que prescreve a legislação em vigor, relacionada com a segurança, a higiene e medicina do trabalho.

8.1.5.3. A Contratada assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio do ITI, ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou propostos, na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

8.1.5.4. O ITI solicitará a Contratada a suspensão de qualquer serviço que estiver sendo realizado contra as normas legais vigentes sobre segurança do trabalho e no qual se evidenciar a existência de risco pessoal do executante ou de terceiros, bem como de equipamentos, riscos esses, diretos ou indiretos. O serviço, quando paralisado, só poderá ser reiniciado após sanadas as deficiências encontradas. As suspensões dos trabalhos, motivados por condições inseguras e, conseqüentemente, a não observância da legislação em vigor, não eximem a Contratada das obrigações e penalidades.

8.1.5.5. A Contratada deverá fornecer, a seus empregados, os equipamentos básicos de proteção, para o desempenho da função.

8.1.5.6. A Contratada deverá seguir o que diz a Norma Regulamentadora nº. 10, Portaria 3214, do Ministério do Trabalho, com relação aos serviços de eletricidade. Todo e qualquer empregado da Contratada, que venha a instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas, deverá estar devidamente qualificado, conforme determina o subitem 10.4.1. da NR nº. 10, Instalações Elétricas de equipamentos e máquinas, deverão ser do conhecimento do representante da Contratada, responsável pela frente de serviço, o que deverá estar familiarizado com as normas de segurança sobre o assunto.

8.2. **A execução dos serviços será iniciada em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato, mediante apresentação, entrega e aprovação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), na forma que consta neste instrumento.**

8.2.1. Os serviços contratados serão executados conforme estipulado no PMOC que dispõe da Rotina de Serviços e do Cronograma de Manutenções, que deverá ser apresentado pela Contratada e aprovado pela Contratante, a fim de manter os equipamentos de ar condicionado funcionando de forma segura, eficiente, econômica, independentemente da idade do equipamento.

8.2.2. A entrega do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) será acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), junto com o relatório de visita técnica e o cronograma de execução dos serviços, para aprovação da fiscalização em até 20 (vinte) dias úteis após a data de assinatura do Contrato;

8.2.3. A Contratada realizará as manutenções preventiva conforme as datas aprovadas no Cronograma de Execução dos Serviços;

8.2.4. A Contratada fornecerá a lista de contato (e-mail, Helpdesk, Hotline, Celular de Funcionários, etc.) atualizada para o cumprimento deste Contrato.

8.2.5. Os serviços de manutenção deverão ser mensais ou de forma emergencial, abrangendo os serviços necessários para a perfeita manutenção dos equipamentos, através de profissionais devidamente qualificados.

8.2.6. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2.7. **A Contratada deverá se reunir com a equipe de fiscalização contratual para reunião inicial de abertura para conhecimento dos estudos preliminares, termo de referência, contrato e demais informações pertinentes ao escopo do objeto para a perfeita execução dos serviços prestados.**

8.2.8. Para a reunião acima mencionada a Contratante fará contato prévio com a Contratada, formalizando pelos meios disponibilizados pela CONTRATANTE contendo as seguintes informações: dia, hora e local.

8.3. **Definições padronizadas para a prestação dos serviços:**

8.3.1. **Sistema:** conjunto, equipamentos, periféricos, acessórios, elementos ou materiais ou componentes, ligados fisicamente ou não, os quais, através do desempenho individual, contribuem para uma mesma função.

8.3.2. **Defeito:** ocorrência que não impede o funcionamento do equipamento do ar condicionado ou sistema afetado, todavia, pode a curto ou longo prazo, acarretar a sua indisponibilidade pela ocorrência de falha.

8.3.3. **Falha:** anormalidade com a interrupção da capacidade de desempenhar sua função, ainda que precariamente.

8.3.4. **Manutenção:** conjunto de atividades exercidas objetivando assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável do equipamento do ar condicionado, não se incluindo nesta denominação serviços que impliquem na ampliação, modernização ou modificação de projetos e especificações originais.

8.3.5. **Manutenção preventiva:** conjunto de ações desenvolvidas sobre um equipamento com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de inspeção sistemática, detecção e de medidas necessárias para evitar falhas com o objetivo de mantê-lo operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante, podendo, dentre essas atividades preventivas, incluir-se ensaios, testes, ajustes, limpeza geral, pintura, reconstituição de partes com características alteradas, substituição de peças ou componentes desgastados, reorganização interna e externa de componentes e cablagem, adaptações de componentes, entre outras.

8.3.6. **Manutenção corretiva:** conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento após a ocorrência de defeitos ou falhas.

8.3.7. **Plano de manutenção:** elaborado para cada equipamento do ar condicionado ou para cada sistema, segundo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços. Dos serviços a serem executados:

8.3.8. A Contratada deverá conduzir com a elaboração e a implantação do plano de manutenção, operação e controle (PMOC) adotado para o sistema de climatização, considerando os normativos descritos neste instrumento e a Portaria 3.523/98 do Ministério da Saúde e seus anexos.

8.3.9. Este PMOC deve conter a identificação da Contratada, a descrição das atividades a serem executadas, o cronograma, possíveis ações de contingências e os demais requisitos exigidos pela legislação, o qual, será submetido à Contratante para seguir com sua análise e aprovação.

8.3.10. O PMOC de manutenção para condicionadores de ar do tipo split, deve conter ainda as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, as metas de contingenciamento deve garantir a segurança do sistema de climatização e outras de interesse, conforme NBR n.º 13.971/14, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Portaria nº 3523, de 28/08/1998, do Ministério da Saúde, sobretudo para os equipamentos que estão sobre monitoria on-line.

8.3.11. **Caso haja aquisições de novos equipamentos de ar condicionado em substituição de algum (uns) aparelho (s) listados na Tabela 1, estes novos equipamentos serão incluídos no rol da tabela -1 para manutenção preventiva, desde que estes novos equipamentos sejam sobrepostos no local de origem do antigo equipamento, de modo que o número de manutenções preventivas ou de equipamentos não ultrapassem o quantitativo previamente estipulado como disposto na tabela 1, sendo o número de 69 (sessenta e nove) unidades o limite de equipamentos a serem previstos no PMOC.**

8.4. **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS:**

8.4.1. A primeira manutenção preventiva será executada no dia subsequente ao da apresentação do PMOC.

8.4.2. As manutenções preventivas serão realizadas mensalmente.

8.4.3. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que necessária para sanear os defeitos ou falhas do equipamento.

8.4.4. As visitas deverão ser previamente agendadas com a fiscalização e os procedimentos realizados deverão seguir com fidelidade o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), adequando-se às novas tecnologias em equipamentos de ar condicionado, elaborado pela empresa adjudicatária, levando-se como base a Portaria 3.523/98 do Ministério da Saúde e seus anexos.

8.4.5. Mobilizar número suficiente de pessoal, de ferramentais e equipamentos e aparelhos auxiliares de modo a proporcionar a prestação dos serviços nos níveis exigidos, na periodicidade e qualidade especificadas, na quantidade compatível com o volume de serviços a serem executados.

8.4.6. Para cada aparelho de ar condicionado, conforme tabela-1, deve-se aplicar o PMOC, apresentado dentro do plano de manutenções a periodicidade das manutenções (mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual, quando for o caso), conforme legislação vigente.

8.4.7. **Rotina de manutenção preventiva:**

8.4.7.1. A Manutenção Preventiva das instalações tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso.

8.4.7.2. Os serviços de manutenção preventiva, objeto deste Termo de Referência, são contratados com o fornecimento de todo o material de consumo e/ou reposição, peças e insumos incluídos no preço da mão de obra, não cabendo nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, exceto as peças relacionadas na tabela 4 "lista de peças sob demanda para ar condicionado"

8.4.7.3. Os serviços de manutenção preventiva, que buscam prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e do Ministério da Saúde, consistem na execução, pela CONTRATADA, de procedimentos rotineiros estabelecidos no Plano de Manutenção (PMOC).

8.4.7.4. As visitas de manutenção preventiva serão executadas mensalmente, conforme cronograma a ser apresentado pela CONTRATADA, no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, podendo ainda, por solicitação da CONTRATANTE, ser realizados em finais de semana ou feriados e no horário noturno. Tais serviços deverão ser supervisionados por responsável do quadro de pessoal da CONTRATADA ou por ela designado.

8.4.7.5. A Manutenção Preventiva deverá obrigatoriamente conter os serviços descritos abaixo da tabela - 2 e somente será realizada conforme cronograma:

Tabela - 2

MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
ITENS DE VERIFICAÇÃO E EXECUÇÃO	
01	Inspeção geral na instalação do equipamento;
02	Verificar a instalação elétrica, desde o disjuntor de proteção;
03	Lavar e secar os filtros de ar;
04	Medir a tensão e corrente de funcionamento, de cada fase, e comparar com a nominal. (____ V) (____ A);
05	Verificar obstrução de sujeira e aletas amassadas;
06	Efetuar a limpeza no aletado do evaporador e condensador;
07	Efetuar a limpeza e reparo no sistema de drenagem;
08	Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e
09	Efetuar a limpeza das hélices ou turbina;
10	Efetuar a limpeza nos gabinetes;

11	Medir o diferencial de temperatura. (T entrada ____oC) (T saída ____oC);
12	Verificar folgas nos eixos dos motores ou rotores;
13	Verificar a fixação e o balanceamento da hélice ou turbina;
14	Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;
15	Medir e registrar as pressões de alta e de baixa;
16	Verificar a existência de vazamento no circuito de gás refrigerante ou necessidade de recarregamento;
17	Verificar o isolamento térmico do gabinete e tubulações;
18	Certificar-se de que todas as vedações e proteções dos equipamentos estejam devidamente fixadas.
19	Efetuar os apertos em todos os terminais elétricos, para evitar maus contatos;
20	Medir a tensão com o rotor travado e observar a queda de tensão até que o protetor desligue. (____ V);
21	Verificar a lubrificação dos mancais e rolamentos, e lubrificar quando necessário;
22	Verificar o funcionamento dos termostatos, pressostatos, umidostatos, sensores eletrônicos e protetores térmicos;
23	Efetuar a eliminação dos pontos de corrosão dos gabinetes, se houver;
24	Trocar o filtro de ar, quando necessário;
25	Verificar o funcionamento da válvula de reversão
26	Desmontagem e limpeza geral com lava-jato dos evaporadores e condensadores, quando necessário;

8.4.7.6. Após a manutenção preventiva realizada, deverão ser gerados relatórios ou **ordem de serviços** (modelo anexo do TR) que indiquem, no mínimo, a data de manutenção e nome do técnico responsável, por equipamento, que indiquem os procedimentos realizados, as irregularidades verificadas e corrigidas.

8.4.8. **Manutenção Corretiva:**

8.4.8.1. A manutenção corretiva, caracterizada por serviços planejados ou não, possui o objeto de reparação, restauração, conserto, substituição de equipamentos, componentes ou peças na busca de corrigir falhas, devendo ser minimizada com a prática constante da prevenção e planejada quando da paralisação parcial ou total do sistema ou equipamentos envolvidos.

8.4.8.2. Os serviços de manutenção corretiva serão executados sempre quando solicitados pela CONTRATANTE, em função da ocorrência de quebras ou da constatação de mau funcionamento dos aparelhos e consistirão de todos os serviços e reposição de peças para deixá-los em perfeitas condições de funcionamento.

8.4.8.3. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do Contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da Contratada.

8.4.8.4. Caso o equipamento, comprovadamente, necessite ser deslocado para a oficina da Contratada a fim de receber manutenção corretiva, deverá retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do atendimento ao chamado. A Contratada deverá apresentar justificativa por escrito, sempre que o conserto dos equipamentos, partes ou peças removidas, exija prazo superior ao disposto neste Termo.

8.4.8.5. No caso de retirada do equipamento de ar condicionado para a oficina da Contratada a fim de receber manutenção corretiva, a Contratada deverá no ato da retirada, fornecer outro equipamento igual ou similar, até que o equipamento retirado seja restituído ao local de origem.

8.4.8.6. No caso de necessidade de instalação de novos equipamentos ou, de reinstalação em local diferente do que hoje se encontram instalados, as substituições/complementações de peças, serão executadas pela Contratada, mediante autorização expressa do Contratante.

8.4.8.7. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser apresentados pela Contratada ao fiscal do Contrato.

8.4.8.8. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a Contratada comunicará o fato ao Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de laudo técnico, assinado pelo engenheiro mecânico responsável e/ou pelo engenheiro mecânico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

8.4.8.9. Nos equipamentos que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

8.4.8.10. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere o item acima e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

8.4.8.11. Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

8.5. **DOS SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO:**

8.5.1. Os serviço de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários, fornecimento e reposição de peças, consistem em 10 (dez) serviços anuais, conforme demanda do Contratante.

8.5.2. A instalação será realizada pela CONTRATADA, bem como a montagem dos equipamentos e seus acessórios. Os materiais a serem fornecidos pela Contratada, deverá seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, sendo também respeitadas as normas e manuais de instalação fornecidos pelos fabricantes.

8.5.3. Os materiais a serem instalados deverão ser novos, de qualidade adequada e deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT.

8.5.4. Todos os serviços de instalação devem estar de acordo com o manual técnico de instalação do produto.

8.5.5. Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a empresa contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando as condições originais da edificação.

8.5.6. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de acompanhamento pela CONTRATANTE.

8.5.7. Durante a vigência do contrato, a Contratada poderá ser acionada para realizar instalação, desinstalação ou remanejamento de aparelhos de ar condicionado portáteis tipo split, no prédio do Instituto.

8.5.8. Em função de pequenas alterações de leiaute o ITI poderá solicitar a Contratada, sem ônus, a realocação de equipamentos, dutos e acessórios.

8.5.9. Os serviços ao serem realizados não deverão danificar o material existente como estrutura metálica, vidros e gesso. Contudo, no caso da necessidade de adaptação no gesso, a sua recomposição será efetuada pela Contratante, desde que acordado o serviço previamente.

8.6. **MONITORAMENTO ON-LINE:**

8.6.1. Os serviços de monitoramento on-line dos equipamentos de ar condicionados de ar tipo split, localizado nas salas do CPD/SHAFTS/NOBREAK, deverão ser adstritos aos equipamentos apresentados em **negrito** constantes na Tabela -1, os quais, são também ratificados e relacionados nos itens: 4, 19, 20, 33, 36, 67, 68 e 69.

8.6.2. Os aparelhos indicados acima deverão ser monitorados na forma de 24h/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana) pela Contratada, por meio de um sistema que deve atender o desenvolvimento de uma interface de controle através de um aplicativo para smartphone e computador que forneça informações a Contratada e a Contratante por meio de Whatsapp, SMS, aplicativos, e-mail e outros, capaz de transmitir informações através de comandos para uma interface instalada nos aparelhos de climatização (ar condicionado).

8.6.3. Essa interface será composta por placa de circuito impresso, microcontrolada, preparada para receber as informações na forma de variáveis de controle minuto a minuto, comunicando-se instantaneamente com o servidor de dados.

8.6.4. Dessa forma, os respectivos aparelhos que necessitam impreterivelmente permanecerem ligados e, as informações disponibilizadas à Contratada e a Contratante em tempo real, por meio de sistema web e aplicativos monitorados pela equipe de manutenção da CONTRATADA.

8.6.5. O sistema de monitoramento on-line deve estar disponível e instalado em estações de trabalho e celulares do pessoal da Administração, a fim de que as informações possam ser acompanhadas e certificadas pela Contratante.

8.6.6. Cabe reforçar que o sistema a ser fornecido e instalado pela Contratada nos aparelhos localizados no CPD, Shaft's e Nobreak's, devem possuir monitoramento 24h e 7 dias por semana, para que no caso de falhas, a CONTRATADA seja acionada em tempo real via celular para execução dos serviços de manutenção, ocorrendo simultaneamente o alerta a Contratante para que autorize os técnicos a entrarem no ITI para correção e resolução do problema que afete diretamente os equipamentos.

8.6.7. O Sistema a ser instalado nos aparelhos devem dispor em sua ferramenta as principais funcionalidade:

- a) Monitorar em tempo real do sistema 24h e 7 dias na semana;
- b) Monitorar remotamente todos os equipamentos e ambientes;
- c) Sistema para TV's e monitores para centros de controle crítico;
- d) Disparar alarmes em tempo real 24h e 7 dias na semana em caso de falha dos equipamentos;
- e) Emitir notificações e alertas por Whatsapp, SMS, aplicativos e e-mail;
- f) Emitir relatórios personalizados e automatizados por e-mail;
- g) Emitir relatórios gerenciais de controle no padrão;
- h) A solução não poderá ser invasiva, de modo que não afeta a garantia dos equipamentos;
- i) Exportar dados para sistemas já existentes;
- j) Possuir gestão de responsabilidades e hierarquia de acesso;
- k) Disponível para conexão sem fio (Wi-Fi) e Internet;
- l) Possuir suporte técnico remoto e presencial;
- m) Possuir sistema de backup automatizado e;
- n) Possuir aplicativos iOS e Android disponíveis nas lojas oficiais dos fabricantes.

8.6.8. Ressalta-se que os aparelhos a serem monitorados permanecem ligados 24h e 7 dias por semana, em razão de resfriamento dos equipamentos e acessórios existentes nas salas do CPD/SHAFTS/NOBREAK.

8.6.9. Os aparelhos que se encontram no CPD, Shaft's e Nobreak's, contabilizam ao todo 08 (oito) aparelhos de ar condicionado e possuem as seguintes características técnicas, conforme segue:

- a) 02 (duas) unidades de 60.000 BTU, 380 Vca, fabricação ELGIN (CPD localizado no térreo);
- b) 01 (uma) unidade de 23.000 BTU, tipo inverter de 220 Vca, fabricação Fujitsu (CPD localizado no térreo);
- c) 02 (duas) unidade de 12000 BTU, fabricação Fujitsu (Shaft localizado no 1º andar);
- d) 01 (uma) unidade de 12000 BTU, fabricação Fujitsu (Shaft localizado no 2º andar);
- e) 02 (duas) unidades de 60000 e 23000 BTU, unidades de fabricação Coolix e Fujitsu (localizado no subsolo e térreo).

8.6.10. O sistema de monitoramento on-line serão instalados nos locais como apontados acima e estarão sujeitos à aprovação prévia pela Contratada.

- 8.6.11. Todos os equipamentos ou sistemas deverão ser fornecidos pela Contratante que se responsabilizará pelo fornecimentos de materiais e acessórios para sua instalação e manutenção durante todo período de vigência do contrato.
- 8.6.12. O fornecedor deverá, também, promover treinamento específico para os serviços de operação do sistema de monitoramento on-line para Contratada.
- 8.6.13. Após Start-up do sistema de monitoramento on-line, fornecido pela Contratada, até o fim do contrato, a Contratante poderá solicitar a Contratada orientação na operação do sistema.
- 8.6.14. Será de responsabilidade da Contratada, disponibilizar equipe técnica para orientação na operação sistema.
- 8.6.15. Cabe ao fornecedor a operação e manutenção dos serviços os quais, havendo necessidade, poderão ser executados em dias não úteis, bem como em horários noturno e de madrugada, sem ônus para o ITI.
- 8.6.16. Todas as atividades dentro das Instalações do ITI devem ser previamente agendadas e autorizadas. Todas as atividades desenvolvidas devem ser registradas e acompanhadas de relatório ou ordem de serviços.
- 8.6.17. É de responsabilidade da CONTRATADA avisar a qualquer tempo a CONTRATANTE sobre quaisquer inoperância e problemas que comprometa o funcionamento do sistema de monitoramento on-line.
- 8.6.18. **DAS SITUAÇÕES DE FALHA DO EQUIPAMENTO E DE EMERGÊNCIA:**
- 8.6.19. Em caso de situações de falha do equipamento e de emergência deverão observar ao prazo máximo de prioridade a partir do momento em que Contratada for acionada, seja pelo sistema de monitoramento on-line, e-mail, telefone ou similar.
- 8.6.20. O atendimento a essas situações de emergência se dará sem ônus para a Contratante, com funcionamento 24h (vinte e quatro horas) e 7 (sete) dias por semana.
- 8.6.21. O prazo máximo para o atendimento das chamadas de emergência serão os atribuídos no quadro abaixo, conforme a classificação da gravidade e ação a ser empregada para atendimento dos chamados, como apresentado:

Chamadas de emergência	Prazo máximo	Classificação da gravidade e ação a ser empregada
Providenciar manutenção corretiva nos equipamentos para a solução de problema que acarretou paralisação/suspensão da operacionalidade dos equipamentos localizados no CPD, SHAFT's e Nobreak's.	2 horas	Ação imediata, por agravar rapidamente.
Providenciar manutenção corretiva nos equipamentos para solução de problema por inconsistências na operacionalidade dos equipamentos localizados no CPD, SHAFT's e Nobreak's.	24 horas	Precisa de ação rápida, agrava gradativamente.
Providenciar manutenção corretiva nos equipamentos para solução de problema por inconsistências na operacionalidade de quaisquer dos equipamentos relacionados na tabela 1 ou quando forem detectados problemas pelo técnico da Contratada quando da realização das manutenções preventivas.	48 horas	Precisa de ação moderada, agrava gradativamente.

- 8.6.22. A CONTRATADA deverá fornecer **número telefônico e/ou outro meio para contato e registro de ocorrências** sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24h (vinte e quatro horas) e 7 (sete) dias por semana, a fim de que seja possível solicitar e registrar chamados para atendimentos de soluções emergências de manutenção ou reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com o objetivo de oferecer a CONTRATANTE **suporte técnico e esclarecimentos**.
- 8.6.23. Atender com rapidez e prontidão aos chamados da Contratante para regularização de anormalidades de funcionamento dos equipamentos de ar condicionados, mantendo os serviços de atendimentos de chamadas emergenciais, não sendo o prazo para atendimento em tais situações superiores aos discriminados no quadro acima, a depender da classificação da gravidade e ação a ser empregada.
- 8.6.24. São considerados chamados de emergências os casos de paralisação, suspensão ou inconsistências na operacionalidade dos sistemas de ar condicionado, de modo que tais incidências deverão ser atendidos com presteza e agilidade, a contar da solicitação da CONTRATADA, do alerta (e-mail, SMS ou similar) emitido pelo Sistema de Monitoramento On-line e outros.
- 8.6.25. Os chamados para manutenção corretiva não considerados como de emergências devem ser atendidos no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o chamado.
- 8.6.26. Os serviços poderão ser executados após o expediente normal do ITI e nos sábados, domingos e feriados, quando se fizerem necessários, sem ônus adicional. Esses serviços deverão ser previamente autorizadas e acompanhadas pelo Contratante.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e conforme relação de Insumo e Peças anexo deste instrumento
- 9.2. Fornecer todos os produtos necessários e suficientes para a execução dos serviços, conforme descrito do presente Termo de Referência.
- 9.3. Os serviços de manutenção preventiva e de manutenção corretiva serão prestados com o fornecimento, pela empresa, de todo o material necessário para execução dos serviços.
- 9.4. Em relação aos equipamentos, ferramentas e materiais básicos/consumo e lubrificação, necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, ou recomendados nos manuais dos fabricantes, a contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento, sendo que seus custos deverão estar previsto nos custos dos serviços de manutenção.
- 9.5. **Para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o remanejo, a instalação e a reinstalação de aparelhos de ar condicionado na sede do Instituto, inclui o fornecimento de materiais, peças, equipamentos de medições e ferramentas necessárias para cumprimento dos serviços de rotina e manutenções, que pode compreender os itens Listado na Tabela 3 "INSUMOS PARA**

MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO" e Tabela 4 "LISTA DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA AR CONDICIONADO", conforme seguem abaixo, e dentre outros produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que se fizerem necessários para o cumprimento dos serviços, em conformidade com os aparelhos descritos na tabela 1, do item 3, deste TR.

Tabela-3

INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL
1	Cabo pp 4 x 4,00 mm	336154	Metro	20
2	Cabo pp 4 x 2,5 mm	415378	Metro	50
3	Curva em cobre 1/2" - 90	422673	KG	3
4	Curva em cobre 3/4" - 90	231524	KG	3
5	Curva em cobre 3/8" - 90	252237	KG	3
6	Eletroduto de pvc rígido roscavel de 3/4 " com acessórios	231524	Metro	20
7	Fio de cobre, solido, classe 1, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 450/750v, secao nominal 2,5 mm2	239154	Metro	100
8	Fio de cobre, solido, classe 1, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 450/750v, secao nominal 4 mm2	237830	Metro	100
9	Fio de cobre, solido, classe 1, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 450/750v, secao nominal 6 mm2	239153	Metro	100
10	Fita adesiva "silvertape" 48 mm 50 mts	449828	unidade	10
11	Fita aluminizada 48 mm x 45 mts	399943	unidade	50
12	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	419864	unidade	20
13	Fita pvc s/ adesivo rolo 100 mm x 10mt	418896	unidade	100
14	Filtro secador 1/2 dml 164 rosca	150180	unidade	10
15	Gás R22 – 13,6 Kg	377651	unidade	12
16	Gás R410	400047	unidade	12
17	Luva padrão 3/4	244752	unidade	10
18	Luva padrão 1/2	317607	unidade	10
19	Mangueira cristal p/ dreno split 1/2 x2mm	441838	Metro	30
20	Solda foscooper, 2,4 x 4.60mm	18260	KG	1
21	Suporte mao-francesa em aco, abas iguais 40 cm, capacidade minima 70 kg, bra	357198	unidade	30
22	Cano cobre flexível, d = 1/2"	371616	Metro	15
23	Cano cobre flexível, d = 1/4 "	371620	Metro	15
24	Cano cobre flexível, d = 3/4 "	371623	Metro	15
25	Cano cobre flexível, d = 3/8 "	338624	Metro	15
26	Cano cobre flexível, d = 5/8 "	371613	Metro	15
27	Tubo isolante 1/4 polipex plus	388660	Metro	15
28	Tubo isolante 1/2 polipex plus	387604	Metro	15
29	Tubo isolante 3/4 polipex plus	387605	Metro	15
30	Tubo isolante 3/8 polipex plus	387608	Metro	15
31	Tubo isolante 5/8 polipex plus	388659	Metro	15
32	Tubo de pvc para dreno	75469	Metro	10
33	Gás 141B - 13,6Kg	299362	unidade	2
34	Recarga de Nitrogênio 1 m³	376255	Metro ³	1

9.6. A Contratada deverá manter os equipamentos nas condições de operação determinadas pelo fabricante (pressão de gás, temperatura de insuframento e temperaturas das linhas de líquido e de solução, medidas elétricas de seus componentes).

9.7. Devem ser observadas as determinações relacionadas no artigo 5º da Portaria nº 3.523/GM-MS, para que o sistema de climatização se mantenha em condições adequadas de limpeza, manutenção, operação e controle, visando a prevenção de riscos à saúde dos ocupantes da unidade administrativa:

9.8. Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como: bandejas, serpentinas, umidificadores, hélices tangenciais, hélices radiais, de forma a evitar a difusão e multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;

9.9. Utilizar, na limpeza dos componentes do sistema, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

9.10. Verificar periodicamente as condições físicas dos filtros e mantê-los em condições de operação, promovendo a sua substituição quando necessária.

9.11. **DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO E SOB DEMANDA:**

- 9.11.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todas as peças, bem como pelas peças de reposição não cobertas pela manutenção preventiva e corretiva, citadas na Tabela 3 e Tabela 4.
- 9.11.2. Todas as peças a serem substituídas deverão ser novas e originais, conforme descrição do fabricante.
- 9.11.3. Os custos com a instalação das peças, deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição dos preços unitários .
- 9.11.4. Para o fornecimento de peças consideradas de alto custo, as quais seguem listadas na Tabela 4 - Lista de peças sob demanda para ar condicionado, apresentada abaixo, a quantidade anual estimada para troca das peças se deu pelo percentual mínimo das quantidade de aparelhos, entretanto, havendo necessidade, devidamente justificado por relatório técnico e, somente as peças discriminadas na tabela 4, poderão sofrer alteração nas quantidades estimada, desde que não ultrapasse o custo total estimado.
- 9.11.5. A Lista de peças sob demanda ou não cobertas pela manutenção preventiva e corretiva são listados a seguir:

Tabela-4

LISTA DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA AR CONDICIONADO						
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	SUGESTÃO DE CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Capacitor fase 35 + 5 f x 380v c/ terminal	64262	unidade	10	R\$ 24,28	R\$ 242,75
2	Compressor Rotativo 9.000 btus	134570	unidade	1	R\$ 573,66	R\$ 573,66
3	Compressor Rotativo 12.000 btus	134570	unidade	2	R\$ 721,40	R\$ 1.442,80
4	Compressor Rotativo 18.000 btus	134570	unidade	1	R\$ 785,70	R\$ 785,70
5	Compressor Rotativo 24.000 btus	134570	unidade	5	R\$ 911,02	R\$ 4.555,08
6	Compressor Rotativo 30.000 btus	134570	unidade	1	R\$ 1.291,57	R\$ 1.291,57
7	Compressor Rotativo 60.000 btus	134570	unidade	2	R\$ 2.462,18	R\$ 4.924,36
8	Controle remoto universal	390407	unidade	5	R\$ 44,85	R\$ 224,25
9	Hélice de condensador split de 9.000 btus	469612	unidade	1	R\$ 143,87	R\$ 143,87
10	Hélice de condensador split de 24.000 btus	469612	unidade	1	R\$ 156,82	R\$ 156,82
11	Hélice de condensador split de 30000 btus	469612	unidade	1	R\$ 179,03	R\$ 179,03
12	Hélice de condensador split de 60000 btus	469612	unidade	1	R\$ 166,93	R\$ 166,93
13	Motor ventilador condensadora 9.000 btus	459829	Unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
14	Motor ventilador condensadora 12.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
15	Motor ventilador condensadora 18.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
16	Motor ventilador condensadora 24.000 btus	459829	unidade	2	R\$ 186,06	R\$ 372,12
17	Motor ventilador condensadora 30.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 466,29	R\$ 466,29
18	Motor ventilador condensadora 60.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 313,23	R\$ 313,23
19	Motor ventilador evaporadora 9.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
20	Motor ventilador evaporadora 12.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
21	Motor ventilador evaporadora 18.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 177,50	R\$ 177,50
22	Motor ventilador evaporadora 24.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 186,06	R\$ 186,06
23	Motor ventilador evaporadora 30.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 466,29	R\$ 466,29
24	Motor ventilador evaporadora 60.000 btus	459829	unidade	1	R\$ 303,06	R\$ 303,06
25	Placa Eletrônica de 9000 Btus	134570	unidade	1	R\$ 185,76	R\$ 185,76
26	Placa Eletrônica de 12000 Btus	134570	unidade	1	R\$ 185,76	R\$ 185,76
27	Placa Eletrônica de 18000 Btus	134570	unidade	1	R\$ 185,76	R\$ 185,76
28	Placa Eletrônica de 24000 Btus	134570	unidade	5	R\$ 185,76	R\$ 928,80
29	Placa Eletrônica de 60000 Btus	134570	unidade	2	R\$ 228,56	R\$ 457,12
30	Sensor de temperatura tubo degelo	459872	unidade	20	R\$ 40,50	R\$ 810,00
TOTAL				74	R\$ 11.459,38	R\$ 20.612,05

- 9.11.6. Caso se constate, na manutenção corretiva, a necessidade de substituir quaisquer peças e/ou componentes, estas deverão ser definitivamente substituídas pela Contratada;
- 9.11.7. A aprovação dos serviços será de responsabilidade do Fiscal Técnico, que poderá solicitar os esclarecimentos complementares necessários;
- 9.11.8. Quando ocorrer a necessidade de manutenções corretivas estas deveram ser acompanhadas de um relatório técnico cumulativo (em que conterà o histórico de cada equipamento), um do PMOC e outro da manutenção corretiva, identificando os equipamentos, as devidas peças substituídas e as respectivas datas de registro.
- 9.11.9. Constatada a necessidade de reposição de peças que não estejam cobertas pela garantia do fabricante dos equipamentos, deverá a Contratada apresentar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o atendimento técnico que lhe deu origem, um orçamento detalhado e quantificado por unidade, com clareza nas especificações.

9.11.10. A CONTRATADA deverá observar a seguinte rotina de procedimento quando da necessidade de **substituição das peças sob demanda**:

9.11.10.1. A solicitação das peças sob demanda para manutenção preventiva e corretiva como disposto na tabela 4, deverá ser formalizada pela CONTRATADA, para aprovação da fiscalização.

9.11.10.2. O fiscal do contrato deverá autorizar o fornecimento da peça, que deverá ser fornecida no mesmo valor ofertado na licitação, encaminhando à CONTRATADA para que sejam tomadas as medidas e providências cabíveis.

9.11.10.3. **Para o pagamento dos gastos com as peças relacionadas no deste Termo de Referência item 9.11.5, disposto na tabela 4, a CONTRATADA deverá emitir/apresentar nota fiscal de venda de material/peças. Os valores devem estar em conformidade com os valores licitados.**

9.11.10.4. As peças substituídas deverão ser entregues diretamente ao fiscal do contrato para fins de conferência, juntamente com a nota fiscal, para o devido atesto de recebimento pela fiscalização, as quais poderão ser devolvidas para que a CONTRATADA preveja a destinação ambiental adequada das peças.

9.11.10.5. As peças relacionadas no subitem 9.11.5 deste TR, na Tabela 4 - lista de peças sob demanda para ar condicionado, previamente aprovadas pelo fiscal do contrato, deverão ser fornecidas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da autorização concedida pelo fiscal do contrato.

9.11.10.6. Caso haja impossibilidade de apresentação das peças no prazo indicado no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento, assinado pelo responsável técnico, justificando a impossibilidade do fornecimento e da instalação, podendo ser prorrogado o prazo de entrega desde que aceito pela CONTRATANTE.

9.11.11. **Poderá haver ainda a substituição de peças não acobertadas pelo contrato o qual obedecerá ao seguinte procedimento:**

9.11.11.1. A Contratada deverá apresentar Laudo Técnico justificando a necessidade da substituição, bem como 03 (três) orçamentos dos materiais que deverão ser trocados à Contratante;

9.11.11.2. A Contratante providenciará a compra das peças e assim que tais objetos forem adquiridos, serão disponibilizados para a empresa Contratada para que esta os instale, sem ônus adicional para a Contratante;

9.11.11.3. A(s) peça(s) danificada(s) só poderá(ão) ser substituída(s) por outra nova, com garantia e em conformidade com as recomendações do fabricante;

9.11.11.4. Na ausência no mercado de materiais ou peças originais e diante de uma situação de extrema necessidade de uso de equipamento, a aplicação ou substituição por outros considerados similares deverá ser precedida de comunicação escrita à Contratante para a devida autorização, a qual será dada por escrito.

9.11.12. Os preços dos insumos e/ou materiais necessários à execução dos serviços serão os preços constantes das Tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil –SINAPI, que são divulgadas e disponibilizadas gratuitamente e mensalmente no site da Caixa Econômica Federal.

9.11.13. Será utilizada a tabela do SINAPI no mês a assinatura do contrato, quando da realização dos pagamentos ao longo da vigência do contrato e, somente será utilizada uma nova tabela após decorridos 12 meses.

9.11.14. Os preços das peças/componentes de reposição a serem trocados deverão estar de acordo com aqueles praticados no mercado. Para tanto, o Fiscal do Contrato poderá exigir da Contratada a fonte de geração dos mesmos, bem como solicitar e/ou realizar pesquisa de mercado.

9.11.15. **Os custos administrativos para a aquisição dos materiais, bem como os eventuais custos com impostos para o fornecimento e faturamento dos mesmos, deverão ser incluídos no valor mensal da manutenção.**

9.11.16. O conserto e troca de peças/componentes de reposição dos equipamentos deverão ser realizados pelo profissional técnico que ficará nas dependências da Contratante.

9.11.17. Excepcionalmente admitir-se-á a utilização de peças similares às existentes previamente autorizada pelo fiscal do contrato.

9.11.18. As peças substituídas deverão ser entregues ao fiscal do contrato por ocasião da substituição.

9.11.19. **Todas as despesas relativas à mão de obra para o conserto e troca de peças/componentes de reposição dos equipamentos e outras despesas previstas, serão integralmente cobertas pelo valor mensal da manutenção preventiva e corretiva, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.**

9.11.20. Os materiais a serem utilizados na execução dos serviços de manutenção deverão ser novos (sem uso) e de primeira qualidade, da mesma marca e modelo a do equipamento a ser consertado. Caso os equipamentos estejam fora de linha e/ou fabricação, os fatos deverão ser apresentados ao Fiscal Técnico do contrato para a devida análise e aprovação.

9.11.21. Todas as peças a serem substituídas deverão ser novas e originais, conforme descrição do fabricante.

9.12. **Garantia de peças e serviços:**

9.12.1. O prazo de garantia das peças, componentes e acessórios será de acordo com a garantia oferecida pelo fabricante. Quando não especificada, a empresa deverá oferecer garantia de no mínimo 03 (três) meses.

9.12.2. Os serviços de garantia abrangem as manutenções corretivas e preventivas, com a cobertura contra todo e qualquer defeito, não decorrente de uso inadequado dos equipamentos, incluindo o reparo de qualquer defeito, fornecimento e substituição de peças, partes e componente, sem que haja quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

9.12.3. A garantia inclui todo o serviço destinado a remover os defeitos apresentados no objeto ou na instalação, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

9.12.4. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

9.12.5. Todas as peças, componentes ou materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato, não sendo permitido que as mesmas sejam deixadas nas dependências do ITI de forma aleatória. Deve ser indicado pelo gestor o local apropriado para guarda dos mesmos.

9.12.6. Em casos de falta de manutenção adequada, imperícia, descuido, incompetência ou quaisquer outros atos comprovados que levem a induzir ou provocar dano de qualquer natureza aos sistemas, toda a recuperação e/ou reparos necessários serão de inteira e exclusiva responsabilidade da Empresa CONTRATADA, a fim de recolocá-los nas condições adequadas de funcionamento, inclusive a substituição de máquinas, equipamentos ou instalações, caso isso se faça necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Para dimensionamento da Proposta, o Licitante deverá incluir os custos para fornecimento de materiais de consumo, equipamentos, uniformes, EPIs, além das obrigações estabelecidas no momento da apresentação da proposta.

10.2. A Contratada deverá executar o serviço de manutenção preventiva e corretiva em 69 (sessenta e nove) aparelhos de ar condicionado, com reparos e fornecimento de insumos e materiais, peças sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a elaboração do plano de manutenção, operação e controle (PMOC), 10 (dez) serviços anuais de instalação, desinstalação, reinstalação e remanejamento de aparelhos de ar condicionado, incluindo materiais de limpeza, fornecimento de insumos e materiais necessários, fornecimento e reposição de peças e, monitoramento on-line (24h e 7 dias por semana) em 08 (oito) aparelhos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreak's, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

10.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características relacionadas no quadro abaixo e na **tabela 1, subitem 3.3 desse TR.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos, materiais e ferramentas necessárias em geral por unidade de aparelhos de ar condicionado de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's.	Serviço	69 (sessenta e nove) aparelhos
	Potência/Capacidade (BTU's)		
	Fabricantes/Marca		
	Quantidade de aparelhos		
	9000		
	FUJITSU		
	11		
	9000		
	LG		
	1		
	11500		
	SPRINGER		
	1		
	12000		
	FUJITSU		
	13		
	18000		
	FUJITSU		
	2		
	23000		
	FUJITSU		
	8		
	24000		
	FUJITSU		
	1		
	24000		
	MIDEA		
	2		
	24000		
	LG		
	26		
	27000		
	FUJITSU		
	1		
	60000		
	COOLIX		
	1		
	60000		
	ELGIN		
	2		
02	Remanejamento, compreendendo instalação e desinstalação por unidade de aparelhos de ar condicionado, com reparos geral e fornecimento de insumos e materiais necessários por unidade de aparelhos de ar condicionado. O chamado deverá ser por demanda.	Serviço	10 (dez) serviços anuais
03	Monitoramento on-line dos condicionadores de ar instalados no CPD, Shaft's e Nobreaks - 24h00/7 (vinte e quatro horas e sete dias por semana).	Serviço	08 (oito) aparelhos
04	Fornecimento de Peças sob demanda originais e de primeiro uso (não reconcondicionadas), compatíveis com os aparelhos condicionadores de ar de 9.000 Btu's a 60.000 Btu's.	Unidade	Conforme tabela 4

10.4. Os equipamentos de ar condicionado estão instalados nos quatro pisos (subsolo, térreo, 1º andar e 2º andar) do prédio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, localizado no Edifício Sede do ITI, situado no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 2, bloco E, Asa Norte, Brasília - DF.

10.5. Todos os custos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção

e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 16.2.1. A aferição dos resultados dos serviços para fins de pagamento da contratada, será realizada com base no IMR (Instrumento de Medição de Resultados), sendo que somente após essa apuração, poderá ser realizada emissão de Nota Fiscal pela Contratada.
- 16.2.2. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, o Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme anexo IV, estabelecido em conformidade com a IN 05/2017-SLT- MPOG, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.
- 16.2.3. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.
- 16.2.4. Apurado o número de não cumprimento do IMR, conforme indicador abaixo descrito, na fatura do mês da formalização, A CONTRATANTE providenciará glosa. Os indicadores de pagamento deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no IMR.
- 16.2.5. Quando do faturamento, a empresa deverá emitir uma nota fiscal mensal referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 16.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.3.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 16.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 16.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. O prazo de validade;

18.5.2. A data da emissão;

18.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. O período de prestação dos serviços;

18.5.5. O valor a pagar; e

18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - Cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante junto ao conselho competente conforme disposto na Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002 e Resolução nº 1.057, de 31 de julho de 2014, do CONFEA, em plena validade;

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- a) Deverá haver a comprovação da experiência na prestação dos serviços, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- b) Profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 3141-15).
- c) A comprovação da experiência dos profissionais deverá ser feita por meio da apresentação da carteira de trabalho (CTPS) ou documento equivalente, ou ainda, declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- d) A empresa deverá apresentar atestados de capacidade compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou seja, comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades tais quais da pretensa contratação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.
- e) A empresa deverá disponibilizar profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA demonstrando sua aptidão por já ter sido responsável técnico por atividades compatíveis em características e especificidades com o objeto desta contratação, nas áreas mecânicas e elétricas, conforme as parcelas de maior relevância do objeto deste instrumento.
- f) A empresa a ser contratada deverá possuir em seu quadro técnico um Engenheiro especializado conforme normas do CONFEA, que assumirá a responsabilidade técnica pelos serviços de manutenção, quando da assinatura do contrato, antes disso, será aceita declaração de compromisso para apresentação do profissional em tela à época da assinatura do contrato.
- g) A contratada deverá declarar que possuirá sede administrativa ou filial na cidade de Brasília-DF, **em um raio aproximado de 60 (sessenta) km da cidade a qual irá ocorrer a prestação de serviços** e manterá a instalação com aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a plena execução contratual, na época da assinatura do contrato. A comprovação de endereço da sede administrativa ou filial deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato administrativo.
- h) Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- i) Além do exigido na lei, o licitantes deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que possuem instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como todo o ferramental necessário à execução dos serviços.

22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: **R\$ 229.880,15 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e oitenta reais e quinze centavos).**

22.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMADO DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo médio anual estimado é de **R\$ 229.880,15 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e oitenta reais e quinze centavos).**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o **Exercício: 2022 – UO: 20204 – GESTÃO: 24208 - Fonte de Recursos: 100000000 (Fonte Tesouro) - Programa de Trabalho: 04.125.2201.2172.0001 / PO 2000 / PTRES 194366 - Elemento de Despesa: 3 - Custeio 339000.**

À Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA/ITI.

Submete-se para apreciação e autorização de procedimento de abertura da licitação.

ILZA DA SILVA QUIXABEIRA SAMPAIO

Integrante Requisitante

JORGE LUÍS RODRIGUES

Integrante Técnico

GILTON SABACK MALTEZ

Integrante Administrativo

De acordo, dada a essencialidade dos serviços e o interesse público ora manifestos nos artefatos da pretensa contratação.

Pelo exposto, autorizo o prosseguimento do feito, submetendo o presente Termo de Referência ao Diretor-Presidente desse Instituto para aprovação, conforme o art. 28, inciso V, do Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

RICARDO FERRI CONZATTI

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração CGPOA/ ITI

Aprovo o Termo de Referência pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade dos serviços.

CARLOS ROBERTO FORTNER

Diretor-Presidente

Anexos:

- I - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- II - Estudo Técnico Preliminar;
- III - Declaração de Instalação de Escritório;
- IV - Declaração de NÃO Vistoria ao Local;
- V - Modelo Declaração de Contratos;
- VI - Modelo Declaração de Vistoria;
- VII - Declaração de Pleno Conhecimento;
- VIII - Modelo Ordem de Serviço.



Documento assinado eletronicamente por **Ilza da Silva Quixabeira Sampaio, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 09/08/2022, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luis Rodrigues, Fiscal Substituto**, em 09/08/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilton Saback Maltez, Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios**, em 23/08/2022, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22511



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Ferri Konzatti, Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 25/08/2022, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Fortner, Presidente**, em 26/08/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 61556916548556382367342364234

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.iti.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0556654** e o código CRC **3B3BBBDF**.